

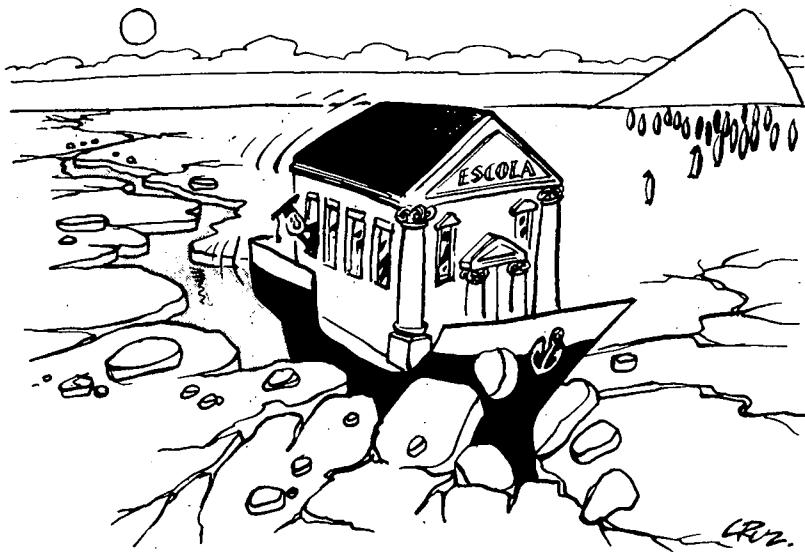
Colégios particulares não querem manter mensalidades congeladas

As escolas particulares de Primeiro e Segundo Graus do Município do Rio de Janeiro poderão cobrar as mensalidades de julho, agosto e setembro com aumentos. Ao dar ontem a informação, o Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular, Paulo Sampaio, esclareceu que os novos valores, relativos ao segundo semestre de 87, serão provisórios, porque o Conselho Federal de Educação (CFE) só poderá fixar o índice de reajuste em setembro.

O aumento, que deve ser o mesmo para a maioria dos colégios e será definido em reunião programada para ainda este mês, ocorrerá, apesar do congelamento do Novo Plano Cruzado, porque já foi assegurado pelo Governo. Segundo Paulo Sampaio, ele se baseia na Deliberação 141 do Conselho Estadual de Educação (que estabeleceu a fórmula para o repasse dos aumentos salariais dos professores) e no parecer 520 do Conselho Federal de Educação, que autorizou o repasse dos gatilhos.

Em São Paulo, o Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares, José Aurélio, confirmou que haverá um reajuste de 70 por cento nas mensalidades do segundo semestre. Ao anunciar a IV Jornada Latino-Americana de Educação, de 6 a 9 de julho, no Anhembi, ele afirmou que em São Paulo não houve problemas como os registrados no Rio porque os pais entenderam a importância e a qualidade do ensino particular no sistema educacional.

Já a integrante da Comissão Pró-



Formação de Pais de Alunos das Escolas Particulares do Rio, advogada Kátia Araujo, afirmou que novas contestações poderão surgir, já que nada está aprovado sobre a segunda semestralidade. Quanto ao parecer sobre o gatilho, ela afirmou que o repasse foi autorizado para o Terceiro Grau, nada ficando definido quanto ao Primeiro e Segundo Graus.

Paulo Sampaio, entretanto, acha que a questão é clara:

— Com as novas medidas, a única mudança é que o CFE vai adiar de julho para setembro a discussão do índice. Até lá as escolas cobrarão valores provisórios, levando em conta,

principalmente, a inflação de maio e junho, afirmou ele.

Quanto ao semestre atual, ele reconhece que a cobrança pelos dois gatilhos garantidos aos professores (de maio e junho — 44 por cento) deve pesar muito para certas famílias. Assim, alguns donos de colégios poderão dividir o percentual e adiar uma parcela para julho. Mas, neste caso, o pai já estará pagando o valor provisório da segunda semestralidade. Um fato as escolas têm como certo: não será usada a tablita de conversão, ou seja, os valores não serão diminuídos até o fim do ano.